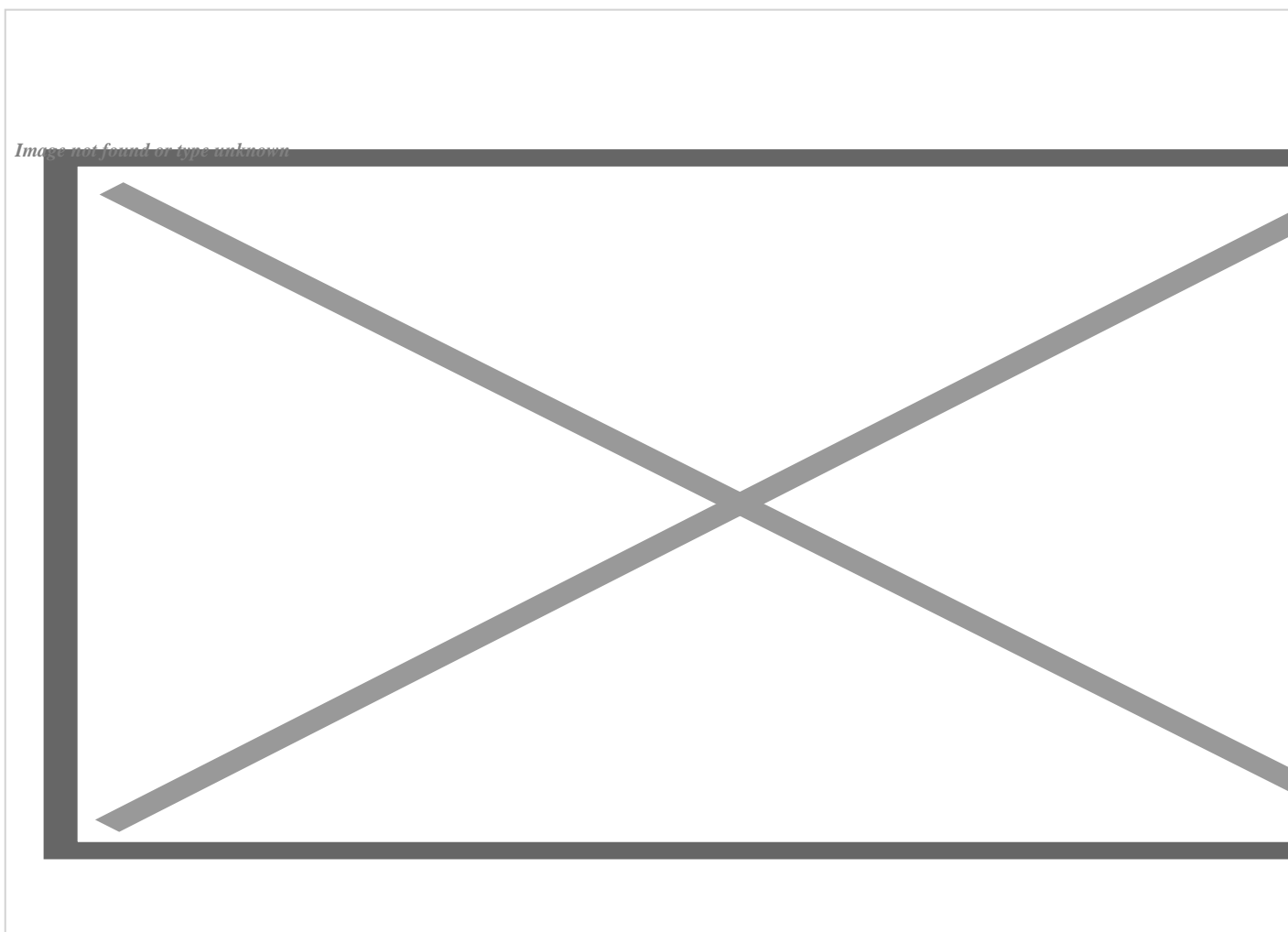


Incerteza na Guatemala



Por Maria Josefina Arce

Passou-se um pouco mais de uma semana das eleições gerais na Guatemala e as coisas estão tensas e incertas naquele país centro-americano. Organizações da sociedade civil denunciaram que paira o perigo sobre os resultados do primeiro turno, após a sentença controversa ditada pela Corte da Constitucionalidade que o Tribunal Superior Eleitoral apoiou.

No sábado passado, a máxima instância judicial do país decidiu suspender temporalmente a qualificação dos resultados nas urnas de 25 de junho passado por supostas irregularidades denunciadas por partidos de direita.

Nove organizações entraram com ação para impedir que o Tribunal Superior Eleitoral formalizasse a vitória dos dois candidatos mais votados entre os mais de 20 e que deveriam disputar a presidência no segundo turno, marcado para 20 de agosto.

Algumas horas mais tarde, o Tribunal Superior Eleitoral resolveu admitir a decisão da Corte e ordenou que não fossem formalizados os resultados do primeiro turno.

Com 15,8% dos votos, Sandra Torres, da Unidade Nacional da Esperança, e 11,7% Bernardo Arévalo, do Movimento socialdemocrata Semilla (Semente, em português) foram os vencedores. Vale recordar que mais de 17% dos votos foram nulos.

A grande surpresa foi Arévalo, que não era favorito nas pesquisas de opinião e mesmo assim conseguiu se meter no segundo turno ao ter obtido um grande apoio nas zonas urbanas.

Arévalo encaminhou três pedidos à Corte de Constitucionalidade a fim de conter os efeitos das medidas tomadas. Estamos defendendo o voto, no marco da legislação, apesar de que está sendo vulnerada, afirmou.

Analistas assinalaram que, casualmente, os questionamentos por suposta fraude começaram a pipocar depois de que se soube que Arévalo tinha conseguido passar ao segundo turno.

A decisão da máxima instância judicial do país, apoiada pelo Tribunal Superior Eleitoral, despertou as críticas de diferentes setores e de organismos internacionais observadores da jornada de domingo, 25 de junho.

Mirador Eleitoral, que congrega várias organizações da sociedade civil, afirmou que as ações legais interpostas por diferentes partidos políticos pretendem criar as condições para um golpe eleitoral, o que equivale a um golpe de Estado.

Em comunicado, denunciou que os partidos que saíram desfavorecidos nas eleições querem anulá-las e exortou a cidadania a que se mantivesse atenta.

Na verdade, antes das eleições o eleitorado já estava desconfiado por causa das denúncias de irregularidades, como critérios arbitrários para admitir ou negar candidaturas.

É o caso da candidata do esquerdista Movimento de Libertação dos Povos, a líder indígena Thelma Cabrera, a quem o Tribunal Superior Eleitoral impediu que se inscrevesse, mas, ao mesmo tempo, aceitou a inscrição de Zury Rios, do Partido direitista Valor, e filha do ex-ditador José Efraín Ríos Montt, ciente de que a Constituição proíbe essa possibilidade aos familiares de golpistas.

Guatemala está mergulhada em um mar de incerteza, e chovem as denúncias sobre as manobras para impedir a realização do segundo turno das eleições gerais.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/327426-incerteza-na-guatemala>



Radio Habana Cuba